



## **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**

Rua Goiás, nº 253, 8º andar, sala 801, Centro  
Belo Horizonte – MG CEP 30190-030

---

### **RESPOSTA TÉCNICA**

#### **IDENTIFICAÇÃO DA REQUISIÇÃO**

**SOLICITANTE:** MM. Juiz de Direito Dr. Antônio de Souza Rosa

**PROCESSO Nº.:** 50046206020218130433

**CÂMARA/VARA:** 1º UJ - 1º JD

**COMARCA:** Montes Claros

#### **I – DADOS COMPLEMENTARES À REQUISIÇÃO:**

**REQUERENTE:** CNR

**IDADE:** 54 anos

**PEDIDO DA AÇÃO:** Consulta especializada com a neurocirurgia

**DOENÇA(S) INFORMADA(S):** S 32

**REGISTRO NO CONSELHO PROFISSIONAL:** CRMMG 71871

**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** 2021.0002245

#### **II – PERGUNTAS DO JUÍZO:**

Solicito informações acerca do tratamento pretendido, bem como sobre a competência para o seu fornecimento.

#### **III – CONSIDERAÇÕES/RESPOSTAS:**

Conforme a documentação apresentada trata-se de paciente vítima de queda de altura, evoluindo com dorsalgia. Submetida a realização de exame de imagem (tomografia em 28/09/2020), que evidenciou sinais de fratura em osso ilíaco a esquerda, e múltiplas vértebras na coluna torácica e lombar, sem deficits focais, optou-se inicialmente por tratamento conservador. Paciente encontra-se no momento em tratamento farmacológico de osteoporose, com o uso Alendronato de sódio e Osteonutri, e sintomático se dor.

Consta que a paciente foi encaminhada para seguimento ambulatorial, realização de tratamento fisioterápico, e consulta especializada com a neurocirurgia (consulta médica em atenção especializada), para avaliação de possível tratamento cirúrgico futuro.



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Rua Goiás, nº 253, 8º andar, sala 801, Centro  
Belo Horizonte – MG CEP 30190-030

A consulta médica eletiva especializada, cuja competência para ofertar é do Município, está disponível no SUS, sob o código 03.01.01.007-2. A solicitação é compatível com o quadro apresentado pela paciente. Portanto, o acesso à referida consulta/avaliação, é uma questão estritamente relacionada à gestão da saúde pública, tal questão foge à finalidade do NATJUS – TJMG.

“Importante ressaltar que, a partir da pactuação intergestores, os municípios referenciam sua população para tratamento em outro município ou é referenciado para receber a população vizinha, conforme sua capacidade instalada e sua necessidade. Hoje, em Minas Gerais, através da PPI eletrônica, é possível que o gestor SUS local, por motivos diversos, como por exemplo, falta/insuficiência/deficiência do atendimento às demandas pactuadas, retire suas metas físicas e financeiras (teto MAC) do Município prestador, repassando-o, sob a forma eletrônica, mediante aceitação, para outro Município na base territorial da Região da Saúde ou mesmo fora dela, sem a necessidade de discussão e aprovação na CIB-CIR/CIRA. Eventuais impasses ou discordâncias poderão ser levados, em grau de recurso, diretamente para o colegiado da SES/MG.”

Considerando o exposto acima, é papel do Município ofertar ou pactuar o acesso à consulta eletiva especializada disponível na rede pública, quando indicada/solicitada.

### **IV – REFERÊNCIAS:**

1) Consulta médica em atenção especializada, código 03.01.01.007-2

<http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/procedimento/exibir/0301010072/04/2021>

2) Nota Técnica nº 029/2018, Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

[caosaude@mpmg.mp.br](mailto:caosaude@mpmg.mp.br)

### **V – DATA:**

12/04/2021

NATJUS - TJMG